SEGURSINTRA – MEDIADORES DE SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2013

. Relatório de Gestão

. Acta de aprovação de Contas

. Balanço (ME)

. Demonstração dos Resultados por Naturezas (ME)

. Anexo às Demonstrações Financeiras (ME)

SEGURSINTRA – MEDIADORES DE SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2013

. Relatório de Gestão

1 - Introdução

A Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda., com sede social em Rua do Carrascal, nº 2 R/C B, com um capital social de 50.000,00 €, tem como atividade principal Actividades de mediadores de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2013

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, registou-se um crescimento económico moderado em 2013, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela incerteza do regresso aos mercados dos países intervencionados e pela desaceleração das economias americana e da generalidade das economias emergentes.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2013 um crescimento positivo de cerca de 3%, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,3%, contra os 4,7% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um abrandamento da atividade económica na ordem dos 0,9% (a economia americana fechou o ano de 2013 com um crescimento de 1,9%) e, na zona euro, este foi um ano de recessão ténue da economia rondando os 0,4%.

As previsões indicam que, para 2014, os EUA irão retomar o ritmo de crescimento de 2012 (2,8%) e a nível europeu, as expetativas para 2014 são de retoma económica, ainda que com um crescimento moderado, de cerca de 1%. Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente a dos países mais pequenos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e da dúvida sobre a resolução da crise, apesar dos progressos efetuados.

A economia chinesa tem sofrido um desaceleramento constante nos últimos anos, cifrando-se o PIB chinês de 2013 em níveis de crescimento iguais aos de 2012, ou seja, 7,7%. As duas economias emergentes mais relevantes da américa latina, o Brasil e o México, estão também a abrandar o seu ritmo de crescimento após uma primavera económica que prometia um crescimento mais acentuado e sustentado nos próximos anos.

O enquadramento económico dos últimos anos tem como consequência uma crise mundial de emprego, pelo menos no que diz respeito aos países ocidentais. De acordo com os dados do Eurostat, a taxa de desemprego da união europeia situou-se nos 10,8% em Dezembro de 2013, embora ligeiramente superior na zona euro (12,0%), sendo que nos EUA este valor caiu para 6,7% (face aos 7,9% de 2012).

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma relativamente estável. Contudo ao

contrário de 2012, em 2013 o euro valorizou-se face ao dólar em cerca de 4,5%, sendo expetável que 2014 se mantenha esta tendência, ainda que com menor intensidade, conforme dados do Banco de Portugal.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 103,8% (101,6% em 2012), 92,7% na UE (90% em 2012) e 86,8% na zona euro (84,9% em 2012).

A fraca recuperação da economia mundial não permitiu uma melhora nos mercados de trabalho, com o desemprego global em 2013 a chegar quase 202 milhões, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho. Nos EUA a taxa de desemprego cifrou-se nos 6,7%, o que significou uma redução de mais de 1% face a 2012. Já na Zona Euro em 2013, as taxas de desemprego mantiveram-se ao mesmo nível das de 2012, tendo-se fixando em 12% (Dezembro de 2013). As menores taxas de desemprego são observadas na Áustria, 4,9%, e na Alemanha, 5,0%, sendo as maiores na Grécia, 28%, e em Espanha, 25,8%. É importante realçar que uma das principais descidas deste indicador verificou-se em Portugal, país no qual a taxa de desemprego desceu de 17,4% no final de 2012 para 15,3% em Dezembro de 2013.

2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento preocupante, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego, no crescimento positivo do PIB durante 3 trimestres consecutivos, e na descida das taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente.

Contudo, continua a verificar-se a tendência de contração da procura interna, tanto pública como privada, ainda que com tendência menos acentuada do que em 2012. Apesar do crescimento significativo das exportações, segundo dados do Banco de Portugal, o mesmo não é suficiente para compensar a forte contração da procura interna, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

O quadro da crise da dívida soberana, na área do euro, e tendo em consideração os desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, forçou o governo português a recorrer em 2011 ao Fundo Monetário Internacional para acesso a financiamento externo. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que tem levado à adoção, por parte do Governo, de um conjunto de medidas para ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de caráter estrutural. Estas medidas têm tido um efeito negativo na economia real, no emprego, bem como na qualidade de vida das populações, reduzindo significativamente o rendimento disponível, originando na cena pública alguns momentos de agitação social.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2013 uma contração de 1,4% no PIB, representando uma melhoria face a 2012, ano em que se observou um decréscimo de 3%. Contudo, apesar do decréscimo verificado, no 4.º trimestre de 2013, o PIB registou, em volume, um aumento de 1,7% em termos homólogos, após uma redução de 0,9% no trimestre anterior, refletindo principalmente a recuperação da procura interna, que apresentou um contributo positivo para a variação homóloga do PIB de 0,1% (contributo negativo de 1,5% no 3.º trimestre). Segundo dados do INE, o contributo da procura externa líquida aumentou para 1,5% (0,6% no 3.º trimestre), devido sobretudo à aceleração das Exportações de Bens e Serviços em volume. Comparativamente com o trimestre anterior, o PIB aumentou 0,6% em termos reais (0,3% no 3.º trimestre).

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, em Dezembro de 2013, os 15,3%, representando uma descida de 1,6% face ao período homólogo de 2012, sendo atualmente a quinta mais elevada da UE, bem como da zona euro. Um dos aspetos mais preocupantes no

que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem e, em particular, de jovens qualificados. No início de Janeiro de 2014 a taxa de desemprego jovem da europa a 28 era de 23,4% e da zona euro 24,0%.

As Importações de Bens e Serviços aumentaram 2,8%, em volume, no ano de 2013, o que compara com uma redução de 6,6% no ano anterior. Esta evolução refletiu principalmente o crescimento das importações de bens em 3,2%, após a redução de 6,4% observada em 2012. As importações de serviços também recuperaram, passando de uma variação negativa em 2012 (-7,7%) para um aumento de 0,4%.

Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2013 fixou-se aproximadamente nos 4,7% do PIB, não levando em consideração o capital que o Estado injetou no Banif. Contando com esse apoio, o valor deve ter ficado próximo dos 5,1%. O teto acordado com a Troika, após ter sido revisto em 2013, era de 5,5% do PIB.

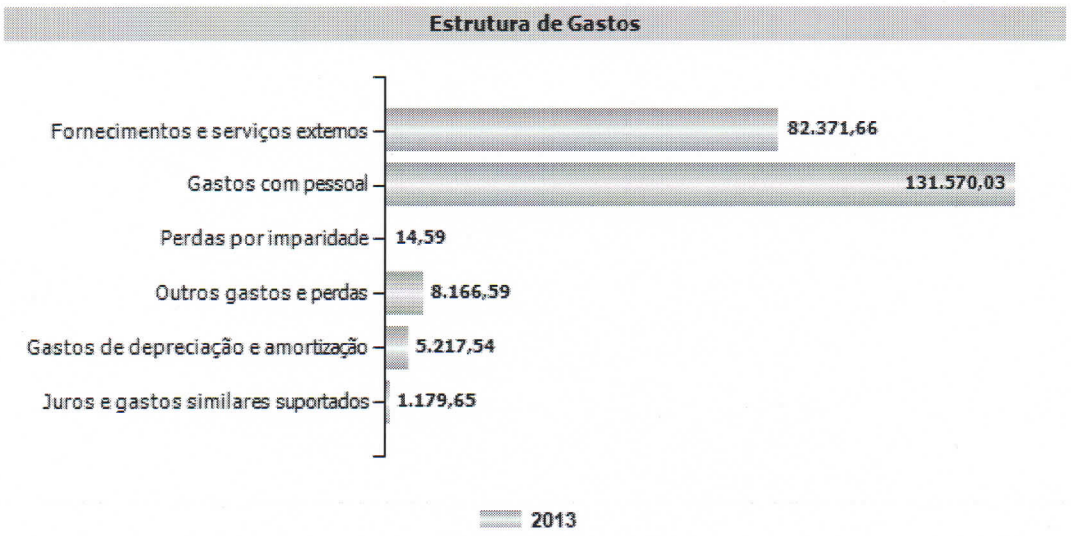
De acordo com informações provisórias da Direção Geral do Orçamento, a receita fiscal subiu cerca de 13,1%, face a 2012. A receita de IRS cresceu 35,5% (em virtude do aumento generalizado das taxas e da reintrodução da sobretaxa). Na mesma linha o IRC cresceu 18,8%. A despesa do Estado subiu aproximadamente 4%, mesmo perante uma significativa redução da massa salarial na função pública.

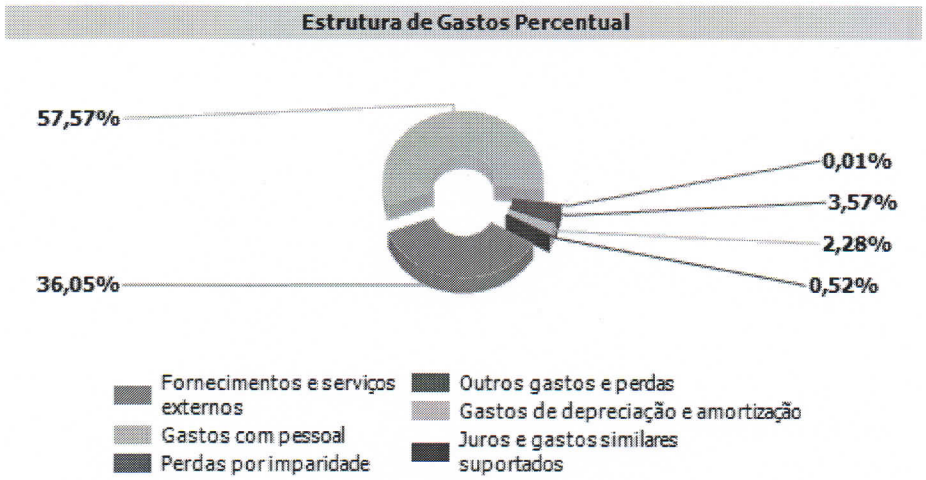
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2013 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 259.178,82 €, representando uma variação de 21,94% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

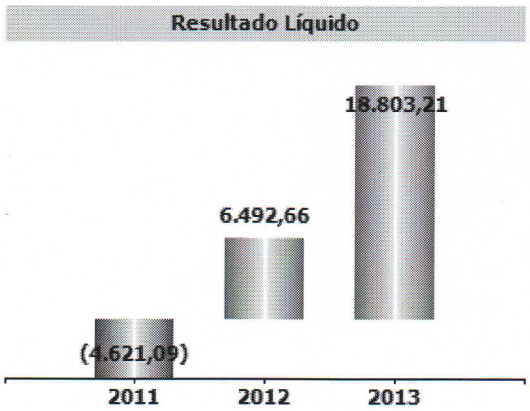


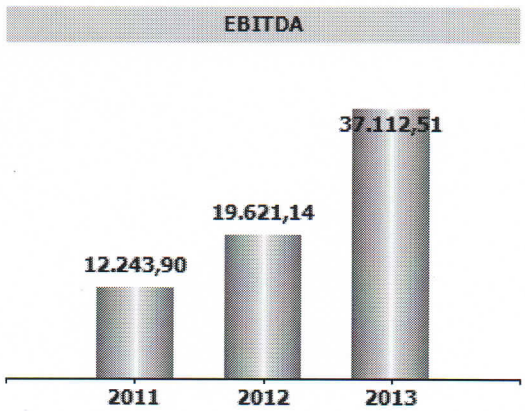


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

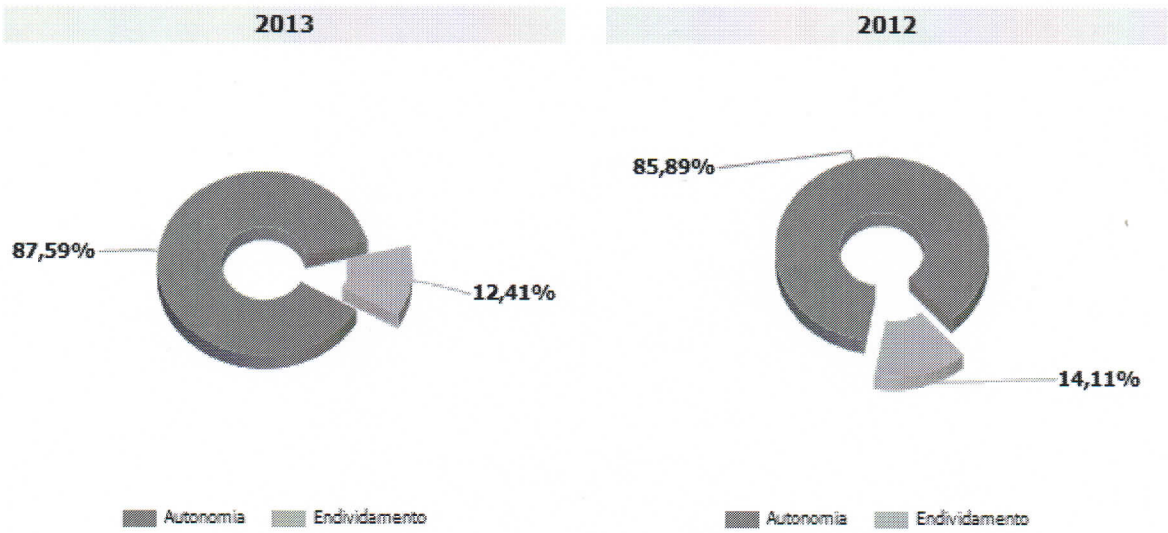
RUBRICAS	PERIODOS		
	2013	2012	2011
Gastos com Pessoal	131.570,03	119.866,76	86.642,72
Nº Médio de Pessoas	5,00	5,00	4,00
Gasto Médio por Pessoa	**26.314,01**	**23.973,35**	**21.660,68**

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.





Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2013		2012	
Ativo não corrente	287.421,80	79 %	294.639,34	83 %
Ativo corrente	75.978,08	21 %	58.727,78	17 %
Total ativo	**363.399,88**		**353.367,12**	

RUBRICAS	2013		2012	
Capital Próprio	318.292,85	88 %	303.489,64	86 %
Passivo não corrente	12.239,44	3 %	12.239,44	3 %
Passivo corrente	32.867,59	9 %	37.638,04	11 %
Total Capital Próprio e Passivo	**363.399,88**		**353.367,12**	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda. no período económico findo em terça-feira, 31 de Dezembro de 2013 realizou um resultado líquido de 18.803,21€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

DISTRUBUIÇÃO DE LUCROS AOS SÓCIOS ..... 14.000,00€
RESERVAS LIVRES ..... 4.803,21€

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que em 2014 se inicie uma ligeira recuperação da economia. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

A projeção da atividade económica para o período 2014-2015 realizada pelo Banco de Portugal tem subjacente uma forte retração da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do rendimento. A contração da atividade económica é suavizada pela evolução relativamente favorável das exportações. O consumo privado deverá crescer 0,6% no último trimestre de 2013 (-0,9% no 3º trimestre), sendo fundamentalmente este o fator que alavancou o crescimento da procura interna. De referir ainda que o consumo público registou um crescimento de 0,1% em volume no 4.º trimestre de 2013 (-1,3% no 3.º trimestre), sendo notória uma tendência de decréscimo do investimento público. De acordo com o Banco Central Europeu (BCE) espera-se que o crescimento real do PIB se aproxime dos 1,2% em 2014, 1,5% em 2015 e 1,8% em 2016. O Banco de Portugal no seu Boletim de Inverno (de 2013) corrobora a projeção de que a partir do final de 2013, e ao longo do horizonte de projeção restante (2014 e 2015), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. No restante horizonte de projeção existem riscos de uma menor recuperação da atividade, resultantes da possibilidade de uma evolução mais desfavorável do enquadramento externo, com reflexo nas exportações, bem como de uma menor recuperação da procura interna. Em particular, o consumo privado poderá registar em 2014 uma recuperação mais moderada, tendo em conta que a atual projeção aponta para uma diminuição da taxa de poupança, em contraste com o observado em 2012. Para 2015, persiste igualmente um risco descendente para a procura interna, uma vez que não foram consideradas medidas de consolidação orçamental para além das incluídas no Orçamento de Estado para 2014. Não obstante a possibilidade de uma evolução menos favorável da procura, os riscos para a inflação em 2014 e 2015 consideram-se globalmente equilibrados.

A alteração profunda da composição da despesa, nomeadamente a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9.4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. O Banco de Portugal prevê que esta tendência se venha a manter, levando a um excedente da balança corrente e de capital de 4.4% do PIB em 2014. Uma parcela muito significativa deste ajustamento espelha a melhoria da balança de bens e serviços neste período, para a qual se projeta um excedente de 3.1% e 4.1% em 2013 e 2014, respetivamente, após décadas de défices crónicos. As exportações líquidas tenderão a reduzir-se no horizonte previsional do Banco de Portugal.

Assim sendo, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente da procura agregada que se prevê registar taxas de crescimento positivas. Apesar de se antecipar uma desaceleração em 2013, num quadro de virtual estagnação da procura externa, deverá ser seguida de uma aceleração em 2014.

Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma ténue estabilização deste indicador, contudo é difícil indagar um número minimamente convergente visto que os indicadores de diferentes instituições apresentam valores por vezes bastante díspares (no Orçamento do Estado para 2014 o Governo antevia uma taxa de desemprego de 17,7% para 2014, enquanto que a Comissão Europeia e a OCDE apontam os valores de 16,8% e 16,1%, respetivamente).

No que concerne à inflação, Portugal deverá manter o crescimento dos preços dos bens e serviços próximo de 1 ponto percentual em 2014.

Depois de uma expressiva contração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que em 2012 se situou na ordem dos 14,4%, ficando 3,4% acima da contração verificada em 2011, os atuais dados confirmam a redução mais suave em 2013, na ordem dos 8,4%, sendo prevista uma recuperação de 1,0% em 2014. Este padrão de evolução é transversal a todos os setores institucionais, sendo as perspetivas ainda muito incertas quanto ao futuro próximo. Em 2014 antecipa-se um aumento do investimento, num contexto de recuperação da procura externa e gradual aumento da procura interna.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2013, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, estas projeções são marcadas pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como o processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário. O enquadramento internacional, marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013, só deverá ser revertido em 2014. Portugal terá de promover o desenvolvimento económico, passando este por aumentar a eficiência do sistema judicial e por redefinir o papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados. A reforma do IRC é também apontada como um fator potenciador da atratividade económica do país ao investimento nacional e internacional, bem como à manutenção da viabilidade económica e financeira de muitas empresas do nosso tecido empresarial.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso do processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável em Portugal, mantendo um consenso institucional e de coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém devido à proximidade do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda à saída portuguesa do Programa de Assistência Económica e Financeira e em que condições as praças financeiras estarão dispostas a apoiar Portugal no período imediatamente posterior à saída da Troika.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da empresa seja positivo devido à dinâmica de negócios já implementada em 2013, com um crescimento sustentado de 5% em 2014.

6 - Outras Informações

A Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2013.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor pública estatal e segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda..

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Mem Martins, 31 de Março de 2014

A Gerência

SEGURSINTRA – MEDIADORES DE SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2013

. Acta de aprovação de Contas

SEGURSINTRA – MEDIADORES DE SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2013

. Balanço (ME)

. Demonstração dos Resultados por Naturezas (ME)

Balanço - (modelo para ME) em 31-12-2013
(montantes em euros)

Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda.

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	33.421,80	38.639,34
Acionistas/sócios	13	254.000,00	256.000,00
		287.421,80	**294.639,34**
Ativo corrente			
Clientes	13	31.467,71	31.982,30
Diferimentos		546,40	280,32
Outros ativos correntes	13		9.826,95
Caixa e depósitos bancários		43.963,97	16.638,21
		75.978,08	**58.727,78**
Total ativo		**363.399,88**	**353.367,12**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	**14**		
Capital realizado	14	50.000,00	50.000,00
Reservas	14	21.952,53	15.459,87
Resultados transitados	14	227.537,11	231.537,11
Resultado líquido do período	12;14	18.803,21	6.492,66
Total do capital próprio		**318.292,85**	**303.489,64**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	12.239,44	12.239,44
		12.239,44	**12.239,44**
Passivo corrente			
Fornecedores	13	861,32	1.415,70
Estado e outros entes públicos	12;13	13.766,15	13.549,47
Outras contas a pagar	7;13	18.240,12	22.672,87
		32.867,59	**37.638,04**
Total do passivo		**45.107,03**	**49.877,48**
Total do capital próprio e do passivo		**363.399,88**	**353.367,12**

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 19819

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ME) do período de 2013 (montantes em euros)

Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	9	259.178,82	212.541,18
Fornecimentos e serviços externos	15	(82.371,66)	(66.325,39)
Gastos com o pessoal	15;19	(131.570,03)	(119.866,76)
Imparidades (perdas/reversões)	13	(14,59)	
Outros rendimentos e ganhos	9	56,56	44,71
Outros gastos e perdas	15	(8.166,59)	(6.772,60)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		**37.112,51**	**19.621,14**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(5.217,54)	(5.217,54)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**31.894,97**	**14.403,60**
Gasto líquido de financiamento		(1.179,65)	(937,01)
Resultado antes de impostos		**30.715,32**	**13.466,59**
Imposto sobre o rendimento do período	12	(11.912,11)	(6.973,93)
Resultado líquido do período		**18.803,21**	**6.492,66**

A Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 19819

SEGURSINTRA – MEDIADORES DE SEGUROS, LDA.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2013

. Anexo às Demonstrações Financeiras (ME)

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Segursintra-Mediadores de Seguros, Lda.
Sede social: Rua do Carrascal, nº 2 R/C B Mem Martins
Endereço electrónico: segursintra@segursintra.pt
Página da internet: www.segursintra.pt
Natureza da actividade: Actividades de mediadores de seguros
NºContribuinte: 502183357
CAE:66220
Nº médio de pessoas ao serviço: 5

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para micro entidades (NCRF-ME).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) foram adoptadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo que de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro deve ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)
A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação
Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes: